

A GLOBALIZAÇÃO, A DEFESA NACIONAL E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO*

ANTÓNIO EDUARDO QUEIRÓZ MARTINS BARRENTO**
General, Chefe do Estado-Maior do Exército (Portugal)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA E DEFESA
A COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

São conhecidos os fatores que impõem novas formas de relacionamento entre as unidades políticas, podendo hoje afirmar-se que nenhum estado responsável pode ignorar o fenômeno da globalização, que também se traduz em novas oportunidades para obter acrescidos níveis de segurança e bem-estar.

A diferença de percepções destes dois objetivos e a sua interdependência resultam, por um lado, de o cidadão comum avaliar facilmente o bem-estar, mas não ter normalmente a noção do mal-estar causado pela insegurança; por outro lado, de o fim da Guerra Fria ter originado uma grande esperança de paz, sem que todavia tenham desaparecido as causas que originam os conflitos.

* N.R.: Palestra apresentada no Congresso Internacional da Imprensa Militar, em Lisboa, em setembro de 1999. Veja *RMB*, 2º trim/2000 – pág. 145.

** Chefe do Estado-Maior do Exército. Membro do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar. Sócio Efectivo da *Revista Militar* (desde 1982), foi membro da direcção e galardoado com o Prémio Almirante Augusto Osório (1996).

O ambiente internacional em que vivemos (e parece projetar-se para o futuro) continua dominado pela coação, nomeadamente a coação militar. Mas a aplicação da coação militar nem sempre se fundamenta na racionalidade e é norteada pela legitimidade, ao contrário daquilo que se sonhou, terminado que foi o antagonismo bipolar que sucedeu com a implosão da União Soviética.

É neste quadro que irei desenvolver a minha apresentação, procurando relacionar os novos condicionamentos à segurança com a responsabilidade na preservação dos interesses nacionais e a importância da comunicação.

SEGURANÇA E DEFESA

A segurança, como um dos fins da política, traduz-se numa condição, atingida ou que se deseja atingir, que se caracteriza por uma ausência da percepção do perigo.

Sendo uma condição variável no tempo e dependendo de circunstâncias na sua maioria exteriores à vontade da sociedade civil, aos responsáveis pela segurança na direção política exige-se uma atenção permanente quanto aos fatores que a condicionam e uma atualização dos mecanismos de resposta que a servem.

A defesa, face à globalização da economia e à evolução das relações internacionais, com o conseqüente alargamento da fronteira dos interesses, torna imperativo que, no plano nacional, disponhamos de um *braço armado* eficaz e que não se deteriore ou desapareça o *espírito de defesa*.

Está em curso uma redefinição de políticas e de estratégias, procurando os estados, no quadro das múltiplas organizações internacionais, novas formas de ação, centradas no diálogo, na cooperação e na coordenação de ações comuns.

Aprofundar este relacionamento internacional proporciona ao estado soberano a

vantagem de poder suplantar algumas das suas limitações, mas impõe, no plano interno, uma garantia de estabilidade e de capacidade de resposta a situações de contingência. Neste quadro compreende-se a recente revisão do conceito estratégico da NATO, em que se nota uma evolução da postura defensiva, tradicional, para uma de intervenção preventiva num espaço mais alargado. Verifica-se, pois, tanto na atitude como no tempo e no espaço, que se foi além daquilo que o Tratado de Washington estatuiu.

Porque não há segurança sem desenvolvimento sustentado, o conceito atual de defesa incorpora não só a necessidade de ultrapassar vontades adversas aos interesses nacionais, mas também a participação no âmbito das atividades de cooperação internacional que, tradicionalmente, se inseria na ação diplomática. Assim, a reconfiguração do conceito de defesa nacional ganha o caráter multidimensional do espaço de atuação político-estratégico, no qual se enquadram os interesses nacionais.

Na totalidade desse espaço existem, grosso modo, uma fronteira de segurança da soberania e uma fronteira dos outros interesses. Aquém da primeira, a utilização do aparelho militar pode exigir dos seus elementos o sacrifício máximo, função dos interesses vitais que se defende, competindo ao poder político, caso a caso, a sua demarcação. Para além da fronteira de segurança da soberania, é pensável a utilização do aparelho militar em apoio da política externa, mas não é exigível aos seus elementos, ainda que tal possa acontecer por razões conjunturais ou do acaso, esse sacrifício. Para além da fronteira dos outros interesses fica o espaço do desinteresse, onde se não requer a presença do braço armado e a ação política não vai além da avaliação de evoluções que possam determinar o alargamento da fronteira dos interesses.

Neste ambiente político-estratégico e nestes espaços, as Forças Armadas ganham es-

pecial significado, já que, para além da sua missão primária no âmbito da defesa dos interesses nacionais permanentes, são chamadas a desenvolver novas missões no apoio à política externa do Estado.

O empenhamento alargado da ação das Forças Armadas torna-se indispensável para a criação de níveis acrescidos de presença e segurança, pois o estado soberano, ao integrar-se em espaços político-militares mais amplos e diversificados, tem que ter a capacidade de participar nos grandes acontecimentos internacionais, sobre os quais partilha a decisão e para os quais é chamado a intervir.

As novas missões representam, por conseguinte, um acréscimo de tarefas em relação à missão constitucional atribuída à componente militar da defesa nacional.

A COMUNICAÇÃO

A capacidade para difundir uma idéia e obter a adesão dos seus receptores constituiu um objetivo permanente dos vários poderes para orientarem a evolução da sociedade.

A capacidade técnica de comunicar, a partir de um centro emissor, para atingir o maior número de receptores, evoluiu a partir da revolução industrial de forma vertiginosa, não sendo dissociável das profundas alterações sociais que ocorreram.

A primeira metade do século XX foi dominada por duas guerras mundiais, tendo sido particularmente marcante a importância e o poder da comunicação social para a mobilização da força anímica dos povos. O confronto de idéias antagónicas, que neste período mobilizaram a quase totalidade dos países do mundo, foi crescendo devido à capacidade dos meios de comunicação, designadamente o rádio, para atingir, com permanência e diretamente, o maior número de pessoas.

Nos anos 60, surge uma sociedade centrada nos *valores do consumo*, com alterações profundas no modo de vida das pessoas. A publicidade e a propaganda tornaram-se vertentes indispensáveis no âmbito socioeconómico, promovendo o consumo e suscitando novas necessidades.

Na década de 70, surgiram os *valores da libertação*, pondo em causa a lógica da produção e do consumo, que então foram considerados como redutores da cultura.

Se na década de 70 a comunicação social procurava difundir idéias e valores contestatários, promovendo a abertura da sociedade e os valores da democracia, a *década de oitenta* é caracterizada pelo deslumbramento e pautada pelos valores da comunicação. A diversificação dos meios, o alargamento da sua intervenção e a comunicação em tempo real originaram transformações profundas. A informação passou a ser acessível, de igual modo, à classe dirigente e a todos os membros da sociedade, devido à crescente evolução tecnológica e à competição pela venda da melhor notícia, o mais cedo possível, normalmente a coberto da transparência e da liberdade de informar.

Este dado novo tornou a comunicação social um dos fatores de intervenção mais importantes na sociedade, porque convencionou-se que a *mídia* reflete aquilo que é a *opinião pública*. Assim, ela passou a condicionar decisões e a influenciar comportamentos, constituindo-se num fato decisivo para o acesso e para a manutenção do poder.

A *década de 90* é caracterizada pela globalização das relações internacionais, em parte resultante da mundialização da informação, proporcionada pelo acréscimo qualitativo da evolução tecnológica dos meios. Este avanço tecnológico conduziu à massificação da informação e originou a anarquia na sua análise, devido ao volume e à intensidade de notícias com que o receptor é assediado

diariamente. Daqui resulta a tendência natural para se assimilarem as notícias conjunturais, imediatistas, que não exigem esforço de reflexão quanto ao seu conteúdo, o que facilita a chamada *gestão e controle da opinião pública*.

A comunicação social torna-se cada vez mais um fim e utiliza a gestão de todos os meios disponíveis para responder aos requisitos da cultura global. A obtenção de notícias inunda todos os aspectos da vida social, política, econômica, cultural e até privada, mas privilegia, na sua difusão, o impacto imediato da notícia, em detrimento da difusão sustentada de informação para informar e formar o público.

Esta tendência leva à emergência de efeitos perversos, na medida em que a *revolução da comunicação global* também está, de alguma forma, a *infantilizar o cidadão comum*, quando o inibe do esforço de análise e de reflexão que seria desejável.

Num outro plano, a era de globalização parece originar uma nova forma de alienação, que tem por base uma "cultura global", servida pela dimensão planetária dos meios de comunicação, na qual se confunde informação, publicidade, propaganda e massificação cultural.

Aquilo que atualmente parece ser considerado mais relevante na informação reside na capacidade de o emissor nos fazer assistir ao acontecimento da notícia. Ou seja, parece ser suficiente estar para saber, ver para compreender, repetir para demonstrar, comover para convencer.

Alguns dos fatores que objetivamente podem contribuir para esta situação estão relacionados com o enquadramento de cada órgão de comunicação social, designadamente em relação aos seguintes aspectos:

– *grupos dominantes*, com primazia para os grupos econômicos detentores do órgão de comunicação social;

– *exigências do mercado* interno e global que é necessário satisfazer, ditando as regras a que a informação se subordina;

– *coação sobre jornalistas* para difusão ou branqueamento de determinadas notícias e situações que possam afetar os centros de poder;

– influência dos *fazedores de opinião*;

– *criação de situações* de subinformação e de sobre-informação;

– influência na opinião pública da *notícia em primeira mão* e do título de caixa alta.

Sendo a conquista do grande público um objetivo de qualquer órgão de comunicação social e a notícia um verdadeiro artigo de consumo, facilmente se conclui da *coação* que poderá ser exercida para condicionar o comportamento das pessoas, por parte de quem detém o controle dos meios de comunicação.

A manipulação e a especulação inerentes a uma grande parte da informação que diariamente é oferecida ao público servem, na maioria dos casos, interesses específicos de natureza diversificada, que em geral não são identificáveis pelos consumidores à vista desarmada.

Mas a existência de uma opinião pública, que possa traduzir o sentimento da população em relação às grandes questões nacionais, nas quais se insere a ação das Forças Armadas, é indispensável para a vitalidade do estado e saúde da democracia.

Nos regimes democráticos, não é fácil conduzir uma política de defesa e intervenções militares que não recolham o consentimento ou, no mínimo, a compreensão do público. Mas, como com o fim do mundo bipolar se gerou uma idéia errada de termos atingido o fim da história e de ter sido conseguida a paz mundial, existe uma convicção muito forte e generalizada da dispensabilidade da instituição militar.

Aparentemente esta idéia não colheu na maioria da classe política, nem nos represen-

tantes do poder, mas, como não é possível, em democracia, governar contra a opinião pública, há um campo muito vasto para uma ação informativa e pedagógica que deve ser preenchido, sob pena de ser difícil ter e fazer agir as Forças Armadas. Ter Forças Armadas, porque elas são dispendiosas e necessitam de cidadãos que se voluntariam para as servir, fazer agir, porque o emprego das forças pode ser travado por uma opinião pública hostil, que também afeta os próprios militares, já que, sendo verdade regerem-nos por princípios, que têm como referências o interesse nacional e a subordinação aos órgãos de poder legítimos, também é verdade que não estamos completamente imunes àquilo que se passa na sociedade a que pertencemos e em que nos inserimos.

Sobre ser isto, havendo muito pouco sentido de estado na opinião publicada, esta perverte e subverte, freqüentemente, os verdadeiros interesses nacionais.

Simultaneamente, ganha dimensão a idéia de que hoje é possível intervir militarmente, sem que haja baixas, o que, sendo falso, tem repercussões nefastas, originando dúvidas numa população que deve estar numa atitude consciente e apoiante das suas Forças Armadas. Apesar de semiprofissionalizados, nós não somos *l'armée du roi*, porque somos, constitucionalmente, um exército nacional, no qual desejamos que os nossos concidadãos se revejam.

A comunicação social e as novas tecnologias de informação terão que apoiar o desenvolvimento de um renovado espírito de defesa no seio da população, possibilitando e sustentando a projeção de uma vontade de afirmação nacional.

O espírito de defesa, embora influenciado por diversas vertentes de uma realidade geopolítica em mutação, alicerça-se no núcleo duro do nosso patrimônio histórico e cultural e tenderá a constituir o mais valioso elemento de identidade nacional. Ele deve

nortear as ações tendentes à preservação do patrimônio nacional (inclui o espaço, a obra e o sentimento coletivos) e ser referência fundamental da nossa individualidade, mas tem intensidades variáveis, consoante o tempo e as circunstâncias, e engloba vários fatores:

— **o dever de defesa**, que é a percepção, no cidadão e na sociedade, da obrigação de defender, para além dos sacrifícios que, freqüentemente, o cumprimento desse dever comporta;

— **o poder de defesa**, que resulta da efetiva existência da força e da decisão de um centro de poder político em promover a sua aplicação;

— **o saber de defesa**, que tem a ver com o conhecimento e a sua aplicação, por forma a conceber o melhor emprego do potencial estratégico e a rendibilizar os meios disponíveis, e que se manifesta através da concepção estratégica e do emprego integrado das diversas formas de dissuasão e coação;

— **o querer de defesa**, que é de todos os fatores do sentido de defesa o mais importante, porque, não existindo vontade, individual e coletiva, de aplicação da força, o seu valor dissuasório ou efetivo é nulo.

Os fatores componentes do **espírito de defesa**, sendo todos importantes e interligados, são dominados pelo **querer de defesa** de governantes e governados e têm expressão no **dever de defesa** que, por lei, é exigido aos cidadãos.

Deve notar-se que é preocupante o apagamento do **espírito de defesa** que, dia a dia, podemos constatar no nosso país. Este fenómeno está intimamente ligado a uma virtual esperança de paz, mas é também o resultado de uma comunicação social que na sua maioria veicula apenas a procura insaciável do bem-estar, que confunde o essencial com o supérfluo e que rejeita os sacrifícios quase sempre inerentes à defesa.

Não será uma singularidade portuguesa, porque esta tendência está instalada no mun-

do ocidental, mas a diminuição do *espírito de defesa* vai ao ponto de julgarmos que a gestão estratégica, de que hoje tanto se abusa, à semelhança do que se passa com os primatas quando querem manifestar a sua hostilidade sem se ferirem, significa principalmente a ausência da vontade de lutar.

Se não houver uma alteração significativa nesta degradação do *espírito de defesa*, poderemos chegar ao ponto em que a instituição militar, tendo o monopólio da violência organizada, possa transformar-se numa organização sem homens (o que é um absurdo), ou que os tendo, além de cara passe a ser inútil.

A Imprensa Militar teve sempre o seu espaço próprio ao longo da história, pela sua contribuição, não só para o conhecimento da doutrina militar, mas também para o estudo e reflexão sobre as grandes questões nacionais que influenciam e condicionam a missão das Forças Armadas.

O conceito que está subjacente à existência da Imprensa Militar torna-a completamente diferente da comunicação social, na medida em que aquela não procura a conquista *de cotas de mercado*, mas difundir informação que provoque a análise e a reflexão sobre os problemas nacionais e, designadamente, os que se relacionam com as Forças Armadas.

A importância do valor de comunicar na instituição militar liga-se ao fato de ser a única organização do Estado que tem capacidade para exercer a coação armada, e, por conseguinte, necessitar de informação que concorra para o entendimento desse fenómeno, infelizmente endêmico, que é a guerra; para o conhecimento dos instrumentos e utensílios de coação e para a sua forma de operarem; e, também, para obter a coesão dos seus membros, já que sem ela poderemos ser força, mas nunca seremos Forças Armadas.

O papel das publicações militares para se atingirem estas finalidades é cada vez mais relevante. Na verdade, elas aperfeiçoam o entendimento do mundo que nos cerca – e

isto é cultura; elas enriquecem os nossos conhecimentos profissionais – **isto é formação**; elas têm o aliciante ético de, dando a conhecer as tensões, a conflitologia e a guerra, concorrerem para a sua ausência – **e isto é servir à paz**.

Poder-se-á dizer que a Imprensa Militar não tem capacidade para captar a atenção do grande público. É verdade, mas não é esse o objetivo que a orienta, nem tal parece desejável, pois teríamos que entrar em competição com os órgãos de comunicação social, correndo o risco de também ser pervertida a informação veiculada pela Imprensa Militar. Tal disputa, se viesse a ocorrer, acabaria por criar a idéia de que as Forças Armadas necessitam de se autojustificar e configuraria, para elas, um *ghetto* na sociedade nacional, passível de gerar rejeições que são altamente indesejáveis.

A Imprensa Militar não deverá, por conseguinte, desenvolver-se em função de fatores de mercado, mas antes servir para aferir ou corrigir situações lesivas dos valores institucionais e proporcionar informação objetiva e analítica sobre todas as questões que se relacionam direta ou indiretamente com a defesa nacional e a instituição militar.

A natureza desta informação, ao esclarecer o que somos, além de elemento de consciência para aqueles que servem nas Forças Armadas, deve também visar aqueles que lhe são exteriores – o cidadão comum.

No tempo atual, as utopias, os pacifismos e o comodismo sugerem a desnecessidade das Forças Armadas; as visões, apenas economicistas, apontam para os elevados consumos e para a *falta de lucro* da instituição militar.

Porque esta argumentação só pode resultar da ignorância, mas como a ignorância não redime quem a demonstra, há que desdizer essas interpretações. Ainda que em nosso entender este esclarecimento não deva ser uma obrigação das Forças Armadas, porque

elas existem por imperativo nacional, não deixa de ser obrigação da Imprensa Militar colaborar de forma tanto mais ativa quanto menos vigorosas e creíveis sejam as respostas do Poder.

No plano interno das Forças Armadas, a Imprensa Militar deve desempenhar cada vez mais o papel de informar, esclarecer e fomentar o conhecimento e a cultura militar, constituindo um contraponto credível à forma su-

perficial e mesmo leviana como algumas vezes são tratados os assuntos de natureza militar na comunicação social.

O exemplo de durabilidade da nossa *Revista Militar*, à qual presto hoje a minha homenagem, ilustra bem o acerto da sua conduta editorial ao longo dos anos e constitui um bom exemplo dos caminhos a seguir pela Imprensa Militar no quadro da sociedade de informação em que vivemos.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<INFORMAÇÃO> / Imprensa Militar /; Missão das Forças Armadas;

Acredito que todo povo que
não mantenha viva a sua cultura
é um povo destinado à barbárie.

Rodolpho Mederos

ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA



A idéia da criação do Espaço Cultural da Marinha nasceu do constante crescimento do acervo do Museu Naval e Oceanográfico.

A carência de espaço na Sede Dom Manuel impedia o Museu de apresentar importantes segmentos dele, tais como a evolução da navegação e a vasta coleção de objetos recolhidos pela arqueologia subaquática.

Longe das visitas do público estava ainda a histórica Galeota D. João VI, que segundo a tradição naval veio da Bahia para o Rio de Janeiro em 1809, logo após a mudança da Família Real de Portugal para o Brasil, fugindo da guerra contra Napoleão.

Para sanar tais lacunas decidiu o Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, criar o Espaço Cultural da Marinha nas antigas Docas da Alfândega.

Hoje, é composto por cinco módulos: Galeota D. João VI, História da Navegação, Arqueologia Subaquática no Brasil, Coleção Alves Câmara e exposições temporárias. O Espaço Cultural da Marinha fica localizado à Av. Alfred Agache, ao lado da Estação das Barcas na Praça XV. Aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.